INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf./Fax: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

INDÍCE

** Convocatória*

** Relatório de Gestão*

** Balanço e contas*

** Demonstração de Resultados*

» Anexo ao Balanço e a Demonstração de Resultados

» Conta de Exploração

» Balancete Analítico

» Balancetes Progressivos da Razão

» Mapa de Amortizações

** Certidão de ata do Parecer do Conselho Fiscal*

** Certidão de ata de Aprovação de Contas*

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf./Fax: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com a alínea b) do artigo 29º dos estatutos do Instituto Margarida de Chaves, convocam-se todos os sócios para a reunião ordinária da Assembleia Geral, que se realiza nas instalações do SITAVA, sito à Rua Margarida de Chaves nº26, no próximo dia **16 de março de 2022**, pelas **18H30**, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Leitura da Ata da Assembleia Geral anterior;

Ponto 2 – Tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal;

Ponto 3 – Apresentação, apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2021;

Ponto 4 – Outros Assuntos de interesse para a Instituição.

Se à hora marcada não comparecer mais da metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá meia hora mais tarde, com qualquer número de sócios.

Tem esta Assembleia Geral lugar no SITAVA, sito na Rua Margarida de Chaves nº26, de acordo com as "Medidas Extraordinárias para as Instituições, Repostas Sociais e Ação Social" publicadas a 18 de março de 2020, e a Declaração de Retificação nº8/2020, do Governo Regional dos Açores, de 2 de julho 2020, ressalvando-se que todos os Associados que a esta assistam, deverão, obrigatoriamente, trazer máscara, observando-se naquele lugar o distanciamento social previsto.

Ponta Delgada, 2 de março de 2022.

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente

Jeremias Pimentel

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf.296 201 210 Tlm: 965054265/966968293
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

Disposições Gerais

Em cumprimento do disposto na alínea b) do art. 35º dos Estatutos do Instituto Margarida de Chaves, compete à Direção submeter à Assembleia-geral o Relatório e Contas referente ao exercício de 2021.

Para o mesmo efeito, os referidos documentos foram presentes ao Conselho Fiscal cuja certidão de ata se encontra anexa.

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf./Fax: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

1- SOLIDARIEDADE

A Direção, dando cumprimento às linhas traçadas de ação, para o ano dois mil e vinte e um, assentou todos os propósitos na melhoria das condições de vida dos utentes, considerando que as solicitações manifestaram um considerável acréscimo, o que é demonstrativo do apoio prestado à comunidade altamente carenciada da nossa comunidade.

1.1- COZINHA ECONÓMICA MICAELENSE

Ao longo do ano dois mil e vinte e um foram servidas cerca de **51.840** refeições*, divididas em pequenos-almoços, almoços, lanches, jantares e ceias (primeira e segunda), a **utentes residentes na instituição**.

2020 MÊS	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO
JANEIRO	35	7	28
FEVEREIRO	38	7	31
MARÇO	34	8	26
ABRIL	33	7	26
MAIO	28	6	22
JUNHO	25	6	19
JULHO	25	5	20
AGOSTO	22	5	17
SETEMBRO	19	4	15
OUTUBRO	17	4	13
NOVEMBRO	17	3	14
DEZEMBRO	17	3	14
MÉDIA MENSAL 2020 » 26			

2021 MÊS	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO
JANEIRO	17	5	12
FEVEREIRO	18	5	13
MARÇO	21	5	16
ABRIL	25	6	19
MAIO	25	7	18
JUNHO	23	6	17
JULHO	23	6	17
AGOSTO	25	7	18
SETEMBRO	27	8	19
OUTUBRO	26	8	18
NOVEMBRO	26	7	19
DEZEMBRO	27	7	20
MÉDIA MENSAL 2021 » 24			

***Nota:** **24 utentes x 6 refeições x 30 dias x 12 meses = 51.840**

Verifca-se uma diminuição nas refeições servidas na instituição, (menos 4320 refeições do que em 2020), por consequência da diminuição da média do número de utentes residentes.

Foram, ainda, doadas cerca de **16.200** refeições*, divididas em pequenos-almoços, almoços e jantares, a **utentes não residentes na instituição**.

2020 MÊS	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO
JANEIRO	2	0	2
FEVEREIRO	1	0	1
MARÇO	2	0	2
ABRIL	0	0	0
MAIO	0	0	0
JUNHO	1	0	1
JULHO	3	0	3
AGOSTO	6	0	6
SETEMBRO	13	3	10
OUTUBRO	19	3	16
NOVEMBRO	34	6	28
DEZEMBRO	27	4	23
MÉDIA MENSAL DE UTENTES NÃO RESIDENTES 2020 » 9			

2021 MÊS	MÉDIA Nº UTENTES	FEMININO	MASCULINO
JANEIRO	17	3	14
FEVEREIRO	18	2	16
MARÇO	21	3	18
ABRIL	25	5	20
MAIO	25	5	20
JUNHO	23	1	22
JULHO	23	2	21
AGOSTO	25	3	22
SETEMBRO	27	2	25
OUTUBRO	26	1	25
NOVEMBRO	26	2	24
DEZEMBRO	27	3	24
MÉDIA MENSAL DE UTENTES NÃO RESIDENTES 2021 » 15			

***Nota:** **15 utentes x 3 refeições/dia x 30 dias x 12 meses = 16.200**

Neste caso, registou-se um acréscimo significativo nas refeições doadas, (mais 6480 refeições do que em 2020) em virtude de pedidos do ISSA, para apoio na alimentação a utentes com insuficiência enconómica, e ainda outros pedidos pontuais efetuados pelos próprios utentes.

1.2- ALBERGUE NOTURNO DE PONTA DELGADA

O IMC tem capacidade para albergar 14 utentes na ala feminina (7 quartos partilhados), e 31 utentes na ala masculina (15 quartos partilhados), resultando uma capacidade máxima para 45 utentes residentes, sendo 20 vagas apoiadas pelo Acordo de Cooperação com o ISSA, definidas como CAT - Centro de Acolhimento Temporário, a partir de 1 de maio de 2020.

O Albergue Noturno, para além do serviço prestado aos utentes residentes, de carácter permanente e/ou provisório, tem prestado apoio a diversas entidades oficiais e particulares destacando-se as solicitações, ao longo do ano, que passamos a indicar:

* Instituto de Ação Social - ISSA
* Centro de Apoio à Mulher
* Associação Alternativa
* Associação Novo Dia
* Instituição São João de Deus
* Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
* Serviços Sociais do Hospital Espírito Santo
* Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada
* Cáritas
* Arrisca
* Dropin
* Junta de Freguesia de São Sebastião
* Tribunal Judicial de Ponta Delgada

1.3- FUNDAÇÃO ROUPARIA LIMA FERNANDES

Destacamos o reforço dos stocks com inúmeras dádivas de gente anónima, com a oferta de roupas para os utentes, realçando-se aqui, o espírito de solidariedade de todos os que, de forma desinteressada, disponibilizaram uma ajuda muito importante.

1.4- ATIVIDADES RECREATIVAS E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES

Infelizmente, devivo à pandemia Covid-19, no Verão do ano de 2021, salvaguardando a saúde dos utentes, funcionários e sócios, e seguindo as diretivas da Direção Regional de

Saúde, não foi possível promover passeios. Esperemos que no próximo ano, haja esta possibilidade, de forma a proprocionar aos utentes agradáveis convívios.

1.5- FESTAS/ COMEMORAÇÕES

No interior da Instituição, também, em consequência da pandemia que a todos atingiu, apenas celebrou-se, com os utentes residentes na instituição e funcionários, o " Dia dos Amigos (as)", o "Carnaval", e as "Festas do Divino Espírito Santo", não sendo possível comemorar a "Páscoa", com o ritual religioso de Lava-Pés, o "São João", a "Missa em honra da Benemérita Margarida de Chaves", o "São Martinho", e a "Festa de Natal", tal como estava previsto.

2 - APOIOS

- Protocolo com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, conforme o art. 47º, alínea g) dos Estatutos do Instituto Margarida de Chaves;
- Acordo de Cooperação com o ISSA – Valor Cliente– Centro de Acolhimento Temporário.

3 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Em 2021, a pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas pelas autoridades para a conter, em especial as obrigações sanitárias impostas, desencadearam um crescimento abrupto das despesas da atividade da IMC.

Desde cedo, direção encetou todos os esforços destinados mitigar os efeitos da crise pandémica sobre as contas da instituição, atuando para garantir a sua resiliência e proteger a sua liquidez e o cumprimento dos propósitos desta IPSS. A experiência do que sucedeu em 2020 ajudou a moldar a instituição a esta realidade que tanto prejudicou a economia regional, encareceu o custo dos serviços prestados.

O orçamento aprovado para 2021 por um lado previa um aumento das despesas, e por outro lado, foi comedido na previsão das receitas, que o resultado previsto era negativo.

O total das receitas em 2021 ascenderam a 628 mil euros, enquanto em 2020 foi de 499 mil euros. A diferença explica-se pelo aumento dos subsídios.

Enquanto os ganhos do exercício tiveram um crescimento de 95 mil euros, os gastos cresceram 16 mil euros. Este crescimento enquadra-se no crescimento dos ganhos operacionais do IMC, 33 mil euros.

Ao nível patrimonial, não foram realizados qualquer investimento em infraestruturas e em equipamentos. Os compromissos presentes no passivo da instituição decorrem dos gastos correntes assumidos no final de 2021 e que foram liquidados no início de 2022. Os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade atestam a capacidade da instituição em fazer face aos seus compromissos e demonstram que a mesma tem capacidade financeira para fazer face a imprevistos.

Finalmente uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, associados, fornecedores e todos que ao longo de 2021 contribuíram para que a instituição continue a cumprir o sonho da sua fundadora.

4 - RECURSOS HUMANOS

Foram desenvolvidas ações de formação para os profissionais, em serviço nesta instituição, nas áreas da higiene, conforto, saúde e alimentação, com o propósito de valorizar a prestação de serviços diária aos utentes.

Pessoal ao serviço por regime de vinculação à instituição:

PESSOAL	FEMININO			MASCULINO		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Efetivo do quadro	7	12	12	0	0	1
Contratado a termo	5	0	1	2	2	0
Avençados	1	1	1	0	0	0
TOTAIS	**13**	**13**	**14**	**2**	**2**	**1**

Pessoal ao serviço por grupos profissionais:

PESSOAL	FEMININO			MASCULINO		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Técnicos Superiores	1	1	2	0	0	0
Trab. Administrativos	1	1	1	0	0	0
Trab. Aux. Apoio	8	8	8	2	2	1
Cozinheiras	2	2	2	0	0	0
Avençados	1	1	1	0	0	0
Voluntariado	2	0	2	0	0	0

Pessoal ao serviço por escalões etários:

PESSOAL	FEMININO		MASCULINO	
	2020	2021	2020	2021
De 24 a 35 anos	6	5	1	1
De 36 a 50 anos	2	3	1	0
De 51 a 65 anos	5	5	0	0

5 - ASSOCIADOS

Verificou-se um acréscimo no número de sócios, e a preocupação dos mesmos com os problemas sociais.

ANO	Nº SÓCIOS
2018	**74**
2019	**89**
2020	**102**
2021	**104**

A Direção gostaria de contar com o apoio dos associados para a resolução de problemas que, embora comuns, nem sempre chegam, pelas vias corretas ao conhecimento do IMC.

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

6 - PATRIMÓNIO

Foram realizadas pequenas obras de manutenção e melhoramento no edifício sede do IMC, sempre atendendo ao bem estar dos utentes.

Ponta Delgada, 7 de março de 2022

A Direção do I.M.C.

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf./Fax: 296 201 210 Tlm: 966968293 / 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

Instituto Margarida de Chaves

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Balanço 3
Demonstração dos Resultados por Naturezas 4
Demonstração dos Resultados por centro de custos 5
Demonstração dos Fluxos de Caixa 6
Anexo 7
1. Identificação da Entidade 7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 7
3. Principais Políticas Contabilísticas 8
3.1. Bases de Apresentação 8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração 9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 19
5. Activos Fixos Tangíveis 20
6. Activos Intangíveis 20
7. Inventários 21
8. Rédito 22
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo 22
10. Benefícios dos empregados 22
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 23
12. Outras Informações 23
12.1. Clientes e Utentes 23
12.2. Créditos a receber 23
12.3. Diferimentos 24
12.4. Outros Activos Financeiros 24
12.5. Caixa e Depósitos Bancários 24
12.6. Fundos Patrimoniais 25
12.7. Fornecedores 25
12.8. Estado e Outros Entes Públicos 25
12.9. Outras Contas a Pagar 26
12.10. Fornecimentos e serviços externos 26
12.11. Outros rendimentos 27
12.12. Outros gastos e perdas 28
12.13. Acontecimentos após data de Balanço 28

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2021	31-12-2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2 247 224,79	2 304 092,40
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis		232,48	232,48
Investimentos financeiros		2 028,43	1 347,48
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 249 485,70	2 305 672,36
Activo corrente			
Inventários			
Clientes		0,00	3 374,00
Créditos a receber		0,00	47,41
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos		2 490,09	2 530,28
Outros activos correntes		177 900,00	177 900,00
Caixa e depósitos bancários		671 692,18	383 227,09
Subtotal		852 082,27	567 078,78
Total do activo		**3 101 567,97**	**2 872 751,14**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 406 284,68	1 406 284,68
Excedentes técnicos			
Reservas		1 391 549,90	1 391 549,90
Resultados transitados		37 028,72	-75 956,55
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado Líquido do período		225 358,55	112 985,27
Total do fundo do capital		3 060 221,85	2 834 863,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dividas a pagar		33 223,18	31 809,21
Subtotal		33 223,18	31 809,21
Passivo corrente			
Fornecedores		1 523,11	1 105,66
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		6 599,83	4 972,97
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes			
Subtotal		8 122,94	6 078,63
Total do passivo		41 346,12	37 887,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**3 101 567,97**	**2 872 751,14**

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES · PONTA DELGADA ·

DIRECÇÃO

Instituto Margarida de Chaves
Rua Margarida de Chaves, 30
9500-088 Ponta Delgada
NIF:512 004 706

Master Plan, Lda

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Vendas e serviços prestados		105 469,04	102 557,98
Subsídios, doações e legados à exploração		230 031,96	200 007,10
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-50 718,32	-43 293,92
Fornecimentos e serviços externos		-78 598,41	-68 615,41
Gastos com o pessoal		-209 498,51	-210 659,95
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		292 535,67	196 725,87
Outros gastos		-7 344,03	-6 453,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		281 877,40	170 267,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-56 518,85	-57 252,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		225 358,55	113 015,59
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-30,32
Resultados antes de impostos		225 358,55	112 985,27
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		225 358,55	112 985,27

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES • PONTA DELGADA •

DIRECÇÃO

Demonstração dos Resultados por centro de custos

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021				
		Instituição	Albergue	Cozinha	Lavandaria	Administração
Vendas e serviços prestados		105 469,04	103 687,04	0,00	0,00	1 782,00
Subsídios, doações e legados à exploração		230 031,96	230 031,96	0,00	0,00	
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-50 718,32		-50 718,32		
Fornecimentos e serviços externos		-78 598,41	-58 244,76	-8 019,96	-6 015,52	-6 318,17
Gastos com o pessoal		-209 498,51	-152 683,32	-18 747,38	-15 127,77	-22 940,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Outras imparidades (aumentos/reduções)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos		292 535,67	135 159,54	0,00	0,00	157 376,13
Outros gastos		-7 344,03	-5 656,64	-134,58	-185,73	-1 367,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**281 877,40**	**252 293,82**	**-77 620,24**	**-21 329,02**	**128 532,84**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-56 518,85	-56 518,85			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**225 358,55**	**195 774,97**	**-77 620,24**	**-21 329,02**	**128 532,84**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00				
Juros e gastos similares suportados		0,00		0,00	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		**225 358,55**	**195 774,97**	**-77 620,24**	**-21 329,02**	**128 532,84**
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		**225 358,55**	**195 774,97**	**-77 620,24**	**-21 329,02**	**128 532,84**

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO

Instituto Margarida de Chaves
Rua Margarida de Chaves, 30
9500-088 Ponta Delgada
NIF:512 004 706

Master Plan, Lda

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Recebimentos de clientes e utentes		105 469,04	102 557,98
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		129 316,73	111 909,33
Pagamentos ao pessoal		209 498,51	210 659,95
Caixa gerada pelas operações		-233 346,20	-220 011,30
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		371 811,29	326 988,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		138 465,09	106 977,06
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		150 000,00	110 000,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		150 000,00	110 000,00
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,00	30,32
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		0,00	-30,32
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		288 465,09	216 946,74
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		383 227,09	166 280,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período		671 692,18	383 227,09

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES · PONTA DELGADA

DIRECÇÃO

Master Plan, Lda

João Manuel Moniz Costa

Mário Rui Sebastião Macedo

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Instituto Margarida de Chaves é uma associação particular de solidariedade social, com sede na Rua Margarida de Chaves, nº 30, desta cidade de Ponta Delgada, tem por fim primordial a proteção aos cidadãos em situação de manifesta falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho e visará sempre a promoção social.

Para a realização dos seus objetivos, o Instituto Margarida de Chaves, tendo em maior apreço a vontade ou intenção dos correspondentes fundadores, testadores ou doadores, consigna os bens e rendimentos, às finalidades

O Instituto Margarida de Chaves, tem as seguintes finalidades:

a) preparar e distribuir, na sede ou fora dela, refeições diárias;

b) dar abriga noturna a quem dela se mostre carecido; e

c) fornecer roupas e calçado aos beneficiários abrangidos pelas alíneas a) e b) conforme as precárias condições destes, abastecer convenientemente de roupas e de agasalhos as suas instalações e, no caso de se registarem sobras, distribui-las com equidade por outras Instituições existentes em São Miguel.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, alterado pela Lei nº 20/2010, de 23 de agosto 36-A/2011 de 9 de Março, e pelas Leis nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e

- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Nota 12.8) e "*Diferimentos*" (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "*Activos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros activos fixos tangíveis	4 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu

justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir actividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento

de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam actividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Activos Intangíveis

Os "*Activos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam actividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou

utilização e para as quais permitam actividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
...	
Outros activos intangíveis	3

O valor residual de um "*Activo Intangível*" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de

Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras nhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do ino.

Este ponto é aplicável a todos "ltos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiáciadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âum plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de uo de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualoartes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risdo;
    - Alterações na tabio;
    - Entrada em incuo de uma das partes;
    - Locações, excesultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alteraçõo do bem locado;
        - Alteraçõ de câmbio
        - Entradaprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patros/doadores/associados/membros

As quotas, donativos tras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patro/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do períodque se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no acuantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os "*Clientes*" e as "*Créditos* encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdaridade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realio.

As "*Perdas por Imparidade*" sã na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificávee informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcias correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actus de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

a) *"As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 17,2% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	825 592,62		-	-	-	**825 592,62**
Edifícios e outras construções	2 788 438,19		(110 000,00)		-	**2 678 438,19**
Equipamento básico	195 227,72		-	-	-	**195 227,72**
Equipamento de transporte	36 306,04			-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	22 955,21		-	-	-	**22 955,21**
Outros activos fixos tangíveis	58 002,51		-	-	-	**58 002,51**
Obras em curso	-					**-**
Total	**3 926 522,29**	**-**	**(110 000,00)**	**-**	**-**	**3 816 522,29**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	**-**
Edifícios e outras construções	1 214 865,27	52 707,53	(57 977,51)	-	-	**1 209 595,29**
Equipamento básico	193 576,64	487,78	-	-	-	**194 064,42**
Equipamento de transporte	36 306,04	-		-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	22 421,44	266,85	-	-	-	**22 688,29**
Outros activos fixos tangíveis	45 985,83	3 790,02	-	-	-	**49 775,85**
Total	**1 513 155,22**	**57 252,18**	**(57 977,51)**	**-**	**-**	**1 512 429,89**

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	825 592,62		(348,76)	-	-	**825 243,86**
Edifícios e outras construções	2 678 438,19				-	**2 678 438,19**
Equipamento básico	195 227,72		-	-	-	**195 227,72**
Equipamento de transporte	36 306,04			-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	22 955,21		-	-	-	**22 955,21**
Outros activos fixos tangíveis	58 002,51		-	-	-	**58 002,51**
Obras em curso	-					**-**
Total	**3 816 522,29**	**-**	**(348,76)**	**-**	**-**	**3 816 173,53**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	**-**
Edifícios e outras construções	1 209 595,29	51 974,20		-	-	**1 261 569,49**
Equipamento básico	194 064,42	487,78	-	-	-	**194 552,20**
Equipamento de transporte	36 306,04	-		-	-	**36 306,04**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	22 688,29	266,85	-	-	-	**22 955,14**
Outros activos fixos tangíveis	49 775,85	3 790,02	-	-	-	**53 565,87**
Total	**1 512 429,89**	**56 518,85**	**-**	**-**	**-**	**1 568 948,74**

6. Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	232,48	-	-	-	-	**232,48**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	**232,48**	-	-	-	-	**232,48**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	232,48	-	-	-	-	**232,48**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	**232,48**	-	-	-	-	**232,48**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis		-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		43 293,92			50 718,32	-	-
Produtos Acabados e intermédios		-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	**-**	**43 293,92**	**-**	**-**	**50 718,32**	**-**	**-**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	43 293,92		50 718,32
Variações nos inventários da produção	-		-

8. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	105 469,04	102 557,98
Quotas dos utilizadores	1 782,00	1 725,00
Serviços prestados	103 687,04	100 832,98
	,	
Total	105 469,04	102 557,98

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "*Subsídios do Governo*" e "*Apoios do Governo*":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos		
Protocolo CMPD	23 000,00	20 000,00
ISSA	207 031,96	180 007,10
Total	**230 031,96**	**200 007,10**

10. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 14 e em 31/12/2021 foi de 14.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	169 562,35	169 865,94
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	34 614,32	34 385,62
Segurosde Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 851,84	5 269,19
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	470,00	1 139,20
Total	209 498,51	210 659,95

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 a rubrica "*Clientes*" não apresenta saldo, enquanto em 2020 o saldo dos "Clientes conta corrente" é de € 3.374,00

12.2. Créditos a receber

A rubrica "*créditos a receber*" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal		43,53
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outras contas a receber		3,88
Perdas por Imparidade	-	-
Total	-	47,41

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 444,64	2 530,28
Outros	45,45	-
...	-	-
Total	2 490,09	2 530,28
Rendimentos a reconhecer		
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

12.4. Outros Activos Financeiros

A rubrica de "outros Activos Financeiros", a 31 de Dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Obrigações Banif	177 900,00	177 900,00
	-	-
...	-	-
Total	177 900,00	177 900,00

O Banif encontra-se em fase de liquidação, sendo que decorre os procedimentos de recuperação do valor aplicado nas obrigações.

12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de Dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	1 254,89	1 315,88
Depósitos à ordem	670 437,29	381 911,21
Depósitos a prazo		
Outros	-	-
Total	671 692,18	383 227,09

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	1 406 284,68	-	-	**1 406 284,68**
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	1 391 549,90	-	-	**1 391 549,90**
Resultados transitados	(75 956,55)		112 985,27	**37 028,72**
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-			-
Total	**2 721 878,03**	**-**	**112 985,27**	**2 834 863,30**

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" referem-se a saldos das contas correntes.

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Outros Impostos e Taxas		
Total	**-**	**-**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	744,42	293,72
Segurança Social	5 855,41	4 679,25
Outros Impostos e Taxas		-
Total	**6 599,83**	**4 972,97**

12.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "*Outras contas a pagar*" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-		-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-		-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	27 423,18		26 009,21	
Outros credores	5 800,00		5 800,00	
	-	-	-	-
Total	33 223,18	-	31 809,21	-

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	**29 648,11**	**16 226,40**
Trabalhos especializados	23 095,01	11 422,24
Publicidade e propaganda	213,19	372,88
Vigilância e segurança		30,00
Honorários		
Comissões		
Conservação e reparação	4 777,66	4 401,28
Outros	1 562,25	
Materiais	**9 112,79**	**5 615,59**
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	8 140,47	3 476,75
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	933,36	2 138,84
Outros	38,96	
Energia e fluidos	**13 450,66**	**14 565,24**
Electricidade	8 954,74	9 929,84
Combustíveis	1 309,29	1 173,85
Água	3 186,63	3 461,55
Deslocações, estadas e transportes	**0,00**	**2,20**
Deslocações e estadias		2,20
Transportes de mercadorias		
Serviços diversos	**26 386,85**	**32 205,98**
Comunicação	1 152,01	1 209,40
Seguros	3 123,99	3 025,36
Contencioso e notariado	54,00	173,90
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	6 405,12	14 613,16
Despesas com Utentes	15 651,73	13 184,16

12.11. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	2 935,74	11 670,86
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	286 182,11	183 305,81
Outros rendimentos e ganhos	3 417,82	1 749,20
Total	**292 535,67**	**196 725,87**

12.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	5 088,38	5 002,79
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1 959,45	1 451,11
Total	**7 047,83**	**6 453,90**

12.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direcção em dia 14 de fevereiro de 2022.

Ponta Delgada, 14 de fevereiro de 2022

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES · PONTA DELGADA

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

CERTIDÃO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2021

_____AOS SETE DIAS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, REUNIU O CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES, DE ACORDO COM OS ESTATUTOS DO MESMO, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR LINO CORDEIRO, E COM A PRESENÇA DO PRIMEIRO VOGAL SENHOR LUÍS SILVA, SEGUNDO VOGAL SENHORA ALDA ROCHA E PRIMEIRO SUPLENTE SENHORA MARIA FERNANDA TAVARES, E PELO MESMO FOI APROVADO E DADO PARECER POSITIVO AO RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM, DO INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES. POSTO ISTO, FOI DELIBERADO ENVIAR À ASSEMBLEIA GERAL ESTA CERTIDÃO COM O PARECER DESTE CONSELHO FISCAL._____

PONTA DELGADA, 07 DE MARÇO DE 2022.

O PRESIDENTE _____

O 1º VOGAL _____

O 2º VOGAL Alda Isabel da Câmara Rocha

O 1º SUPLENTE Maria Fernanda C. Tavares

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf./Fax: 296 201 210 Tlm: 965054265
E-mail: imchaves@live.com.pt

INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES

Albergue Noturno
Cozinha Económica Micaelense
Lavandaria Lima Fernandes

Contribuinte N.º **512 004 706**

CERTIDÃO DO PARECER DA ASSEMBLEIA GERAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS 2021

...CERTIFICAMOS QUE EM REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL, REALIZADA PELAS DEZANOVE HORAS, DO DIA DEZASSEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, NAS INSTALAÇÕES DO SITAVA, SITO À RUA MARGARIDA DE CHAVES Nº26, FOI TOMADA A SEGUINTE DELIBERAÇÃO:.....

DELIBERAÇÃO

...FOI APROVADO, POR UNANIMIDADE, O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM, DO INSTITUTO MARGARIDA DE CHAVES, CONFORME O PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS DA ASSEMBLEIA GERAL.....

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O PRESIDENTE

Jeremias Pimentel

P.D. 16/03/2022

Rua Margarida de Chaves, nº 30
9500-088 Ponta Delgada

Telf./Fax: 296 201 210
E-mail: imchaves@live.com.pt